



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 494/2014	DATA: 6/5/2014	
LOCAL: Plenário 10 das Comissões	INÍCIO: 15h11min	TÉRMINO: 18h58min	PÁGINAS: 38

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PAULO SILVINO RIBEIRO - Docente do Curso de Sociologia e Política da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo — FESPSP.

ISABEL SEIXAS DE FIGUEIREDO - Diretora do Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, representando o Ministério da Justiça.

BRUNO RENATO NASCIMENTO TEIXEIRA - Ouvidor Nacional de Direitos Humanos, representando a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

SUMÁRIO

Audiência pública para debate do tema *Recentes casos de "justiça com as próprias mãos"*.

OBSERVAÇÕES

Intervenção fora do microfone. Inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Otoniel Lima) - Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Ordem do Dia.

Esta reunião foi convocada para debate do tema *Recentes casos de “justiça com as próprias mãos”*, em cumprimento ao Requerimento nº 306, de 2014, dos Deputados Efraim Filho, do DEM da Paraíba, e Otoniel Lima, do PRB de São Paulo.

Convido para compor a Mesa a Sra. Isabel Seixas de Figueiredo, Diretora do Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública, representando o Ministério da Justiça; o Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira, Ouvidor Nacional de Direitos Humanos, representando a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; o Sr. Paulo Silvino Ribeiro, Docente do Curso de Sociologia e Política da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Informo também que foram convidados os Srs. Sandro Torres Avelar, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal; José Mariano Beltrame, Secretário de Estado de Segurança do Rio de Janeiro; David Fleisher, Cientista Político e Professor Emérito da Universidade de Brasília; e a Sra. Raquel Sheherazade Barbosa, âncora e comentarista do Sistema Brasileiro de Televisão — SBT, que não puderam comparecer a esta audiência.

Declaro que, para ordenação dos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios: os convocados disporão de 20 minutos para sua exposição, não podendo ser aparteados.

Sendo assim, passo a palavra, primeiro, para o Sr. Paulo Silvino Ribeiro. V.Sa. dispõe de 20 minutos.

O SR. PAULO SILVINO RIBEIRO - Obrigado, Deputado.

Em nome da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, eu agradeço a esta Comissão o convite, em especial ao Secretário Ricardo Perpétuo. Quero dizer que não só é uma honra poder estar aqui, mas que também é importante entender que esta discussão não deve ser vista, do meu ponto de vista, apenas como uma discussão pró-forma, pois é preciso de fato abordar essa temática, que vem tomando conta da sociedade brasileira como um todo, colocando-a como uma questão sobre a qual o Estado deve se debruçar e pensar.



Claro que entendo também que não cabe só ao Estado pensar isso, mas todos nós, enquanto sociedade civil, devemos refletir mais especificamente sobre a violência e os desdobramentos desses casos de justificação.

Quero dizer também que, de certa forma, é até uma feliz coincidência estar aqui em uma sala que leva o nome de Florestan Fernandes, que foi professor da FESPSP também e que, assim como todos nós que estamos aqui, tinha uma preocupação em entender quais caminhos o Brasil deveria trilhar para ser mais justo, menos desigual e, agora, talvez menos violento também.

Eu acho também que vale a pena pontuar, antes de entrar em uma análise mais específica, o fato de esta Comissão se propor a debater um tema que, infelizmente, mais uma vez ganha os noticiários do País, haja vista o caso da moça de 33 anos que, neste último final de semana, foi espancada e veio a óbito.

Eu vou tentar fazer uma fala muito mais para propor o debate em torno deste tema e vou deixar para que meus outros colegas aqui, com toda a expertise que têm, possam falar da perspectiva do próprio Estado. Eu acho que a primeira coisa é a gente tentar discutir, pensar junto aqui a ideia de justiça. Aliás, o que é justiça? É uma questão socrática, ou seja, o que de fato é justo? Eu acho que essa é a premissa da qual a gente precisa partir, porque pelo menos esse é o discurso de quem agride as demais pessoas no intuito de tentar promover a justiça. Então, a gente tem que pensar qual é a noção, qual é a ideia de justiça que predomina entre essas pessoas e o que de fato é justiça.

Quando a gente tenta pensar o que é justiça, na verdade está tentando retomar a ideia de que as ações devem ser julgadas para que, de certa forma, aquele que comete algo contra a ordem seja punido ou pelo menos que aquela ação contra a sociedade ou contra a coletividade seja colocada em questão para reflexão, já que ela pode gerar um mal à coletividade, à sociedade como um todo se for repetida, reiterada.

Então, além da ideia de justiça, está presente a ideia de ordem, mas o que se torna curioso é a gente pensar que, nesses casos de justificação, que é o que nós estamos discutindo aqui, as ações praticadas enquanto injustificação não provocam a ordem, mas a desordem — se a gente parte do princípio de que dentro da sociedade civil a instituição responsável e legítima para garantir a ordem ou o



bom convívio é o Estado, e não necessariamente as pessoas que demandam ordem ou justiça.

É preciso pensar nos mecanismos que essas pessoas devem usar, do ponto de vista da democracia, do Estado de Direito, para que de fato a ordem seja garantida. Claro que, quando falo de ordem aqui, não falo de um Estado que mantém a ordem também pela violência, mas de um Estado que mantém a ordem pela via democrática. Afinal de contas, nós agora, em 2014, “comemoramos”, entre aspas — e bota aspas nisso —, os 50 anos de um Estado de exceção que tentava impor a ordem da pior maneira possível. Então, não é dessa ordem que falo; falo da ordem do ponto de vista da democracia e do bom convívio.

Assim, os justiceiros — esse é o termo que a mídia tem usado —, quando agem, agem em nome da ordem. Mas, de novo, é preciso pensar que ordem é essa e que justiça é essa. Se a gente parte do princípio que os responsáveis ou o responsável pela ordem é o Estado, a gente tem que também lidar com esta ideia abstrata de Estado, pensando qual é a sua verdadeira função.

Na idade moderna, em que os primeiros pensadores, ou seja, os pais da ciência política estão tentando esboçar alguma coisa sobre o papel do Estado ou o que legitima o poder do Estado, há algumas explicações de autores chamados de naturalistas e contratualistas sobre a importância do Estado da perspectiva da natureza humana. Uns dizem que a natureza humana é má, como Thomas Hobbes; outros dizem que ela é boa, mas que a sociedade a corrompe, como Rousseau; ou como John Locke, que, como pai do liberalismo político, diz que o Estado é um garantidor da propriedade privada e, acima de tudo, dos direitos dos indivíduos.

Se a gente for tentar olhar para a noção de Estado que nós temos hoje para o Estado brasileiro, mais especificamente para a nossa Constituição, a ideia é tentar somar um pouco de cada Estado desses e entender em que medida ele tenta agir para garantir o que estamos chamando aqui de ordem.

A questão que se coloca para pensar esses casos de justificação perpassa a discussão sobre justiça, ordem e Estado e de que forma o Estado tem sido sentido ou compreendido pela sociedade civil. Portanto, haveria uma quarta variável. Embora eu seja um professor de Humanas, nós temos que pensar em equações variáveis, e pelo menos uma quarta variável entra para essa nossa avaliação, que é



como a sociedade civil pensa o Estado e pensa a si mesma, qual é a noção de sociedade civil que nós temos.

É fundamental considerar que uma sociedade civil só se entende enquanto tal se ela compartilha de uma ideia de solidariedade, de uma solidariedade social, para citar outro termo sociológico importante, que é o que garante o laço entre as pessoas, garante a nossa sociabilidade, a nossa vida em sociedade.

É óbvio que uma dessas pessoas que cometem alguma ação em nome da justiça talvez tenha o discurso de que assim o faz em nome do bem, da moral, da justiça e que assim isso se justificaria, ou seja, a agressão se justificaria pelo sentimento de solidariedade com o mal que foi causado a outro.

O caso da moça de Guarujá que faleceu nessa semana talvez seja bastante emblemático para pensarmos como as pessoas, talvez convencidas de que qualquer ato contra uma criança... Como não sei se todos acompanharam o caso, vou abrir um parêntese aqui. A questão é que uma mulher — que não era essa, obviamente — estaria usando crianças em um tipo de cerimônia ou ritual e que, por conta disso, teria causado alguma comoção pública, uma revolta pública contra essas ações. Fechando o parêntese e abrindo mais um, quero dizer que ainda assim essa mulher, se ela existe e se faz isso, não deve ser julgada pela sociedade, por mais que o ato possa causar qualquer tipo de comoção ou de revolta pública.

A ideia é que quem faz o justicamento assim o faz com o seguinte discurso: *“Não quero que isso aconteça ao meu filho”*. Seria uma ideia de solidariedade, do meu ponto de vista, relativamente frágil, dizer: *“Não quero que aconteça com o meu o que aconteceu com o de outrem”*. Portanto, seria uma ideia de solidariedade, mas não é dessa solidariedade especificamente que falo, falo de outra que faz com que nós possamos nos sentir unidos não por termos os mesmos interesses, mas por partilharmos, concordamos com alguns valores e nos encontramos no outro.

Se nós pudéssemos pensar em termos de etnias ou de grupos, talvez a nossa sociedade, por ser tão complexa, tenha perdido essa noção de pertencimento, de compartilhamento, que talvez possamos encontrar em uma tribo indígena, na qual a ideia de pertencimento é muito mais forte. Predominaria, assim, uma solidariedade muito mais mecânica do que de fato orgânica, na qual a orgânica seria aquela em



que só temos uma interdependência e não necessariamente um sentimento de pertencimento. Esse, sim, fundamental para a vida coletiva.

Então, a gente precisa pensar que noções de Estado e de sociedade civil têm predominado na sociedade brasileira porque, do meu ponto de vista, são essas noções que, de uma certa forma, explicam parte desse fenômeno que, da minha perspectiva, também são fenômenos que mostram que, independentemente do século, nós ainda somos dados à barbárie e à brutalidade, que, de uma certa forma, mostram essa nossa dificuldade para entender o papel do Estado e o papel da vida em sociedade.

Uma coisa importante para a gente tentar compreender o Brasil do século XXI é olhar para o seu processo de formação. É claro que eu estou aqui tentando puxar um pouco, como dizem, a brasa para a minha sardinha, pelo fato de eu ser professor de Sociologia Brasileira e uma das disciplinas que a gente leciona é Formação da Sociedade Brasileira. Não que isso possa valer como uma explicação para todas as coisas, de unha encravada a casos de justiça, mas porque não dá para a gente pensar o Brasil sem olhar para todas as heranças desse nosso processo muito peculiar de formação, de compreensão do que é o Estado, de como nós conseguimos entender o poder e, principalmente, as minorias, as classes menos abastadas, etc.

Eu acho que há duas questões importantes para a gente olhar nesse processo de formação. A primeira é dizer que essa nossa falta de noção do que é o papel do Estado é uma questão de ordem cultural, e a segunda, e que ajuda a explicar o que talvez motivaria em parte as ações dos chamados justiceiros, e é uma coisa que até faz parte do discurso de muitos deles, é o próprio mau funcionamento do Estado. Tanto um aspecto como outro devem ser compreendidos aqui como herança desse nosso processo de formação, como partes da explicação desse problema atual. Ao mesmo tempo, são importantes para a gente entender o discurso até mesmo de quem defende esse tipo de ação.

Quando a gente olha para a noção de mau funcionamento do Estado e para a perspectiva cultural da nossa não compreensão do que é o Estado, vê que parte disso vem de uma coisa que é muito peculiar ao Brasil: a forma como, na sociedade brasileira, se relacionaram a ordem privada e a ordem pública. Essa é uma



discussão que aparece em vários pensadores brasileiros. A gente pode citar pelo menos um aqui: o próprio Florestan Fernandes, quando vai explicar muita coisa sobre o nosso subdesenvolvimento ou processo de desenvolvimento como promessa ou revolução burguesa que nunca aconteceu, ou o próprio Sérgio Buarque de Holanda, que fala sobre a noção do homem cordial. Então, esta forma como ordem privada e ordem pública se relacionam, ou o fato de no Brasil haver uma dificuldade em deixar demarcada a sua indistinção — porque ordem pública e privada são diferentes —, faz com que as pessoas acreditem que seja possível prescindir do Estado e agir por conta própria para fazer aquilo que entende enquanto justiça, enquanto ação necessária para garantir a vida, o cotidiano.

Por outro lado, claro, como eu disse, isso é parte da explicação. Nós temos que considerar o próprio funcionamento do Estado, as próprias ações que são feitas em termos de punição, porque outra coisa que faz parte desse discurso é a ideia de impunidade. E aí eu acho que vale a pena pensar como o caso de Guarujá não tem nada a ver com impunidade. Absolutamente nada a ver! Aliás, vai ter a ver com impunidade se ninguém for processado.

Além desta questão de como o Estado é visto, uma outra questão que eu acho que vale a pena a gente debater e pensar juntos é: quem são, na grande maioria, essas pessoas que têm sido vitimadas? E estou dizendo “vitimadas” de propósito, porque, ainda que se tenha cometido um crime como o roubo ou o furto de uma carteira, quando a pessoa é amarrada a um poste e sofre agressão, ela é vítima de um outro crime, mas vítima também. Então, é preciso pensar: quem são essas pessoas vitimadas?

Se a gente for olhar os casos, na maioria das vezes são negros, mulheres — como o caso lá de Guarujá — ou pessoas mais pobres, via de regra. Pode parecer um discurso um pouco batido, como dizem, mas eu posso dizer que, nesses casos que temos visto, ninguém é necessariamente branco, classe média, rico ou não participante de alguma minoria dessas. Essa é uma outra questão.

Aliás, é preciso pensar como muitas vezes as próprias classes menos abastadas veem as minorias também, sem se darem conta de como elas também fazem parte. E, muitas vezes, elas reproduzem o discurso de uma parte da mídia, do meu ponto de vista, bastante radical e até conservadora.



E digo isso porque eu estava até comentando, antes de a gente começar a fala aqui, as minhas experiências em sala de aula e dizendo que, por mais que a minha aula provoque os meninos a pensarem de uma perspectiva mais crítica, é impressionante a quantidade de alunos de direita. Embora a gente tenha a liberdade de ser de que lado for, acho que uma coisa muito próxima à juventude é ser questionador, é ser, digamos, um pouco menos adepto de qualquer tipo de ação que desconsidere a dignidade humana, a diferença entre as pessoas, as classes, etc. Então, acho que pensar quem são essas vítimas é um outro ponto importante.

Já para ir encaminhando o fim da minha fala, para cumprir o tempo, eu acho que, para além dessa perspectiva da cultura brasileira, a gente tem que pensar de uma forma um pouco mais ampla ou macro, enfim — não gosto muito dessa expressão —, um pouco mais ampla. Eu acho que a gente tem que olhar da perspectiva do que é a contemporaneidade, do que é viver o século XXI independentemente de país.

Está meio difícil também dizer hoje o que é periferia e o que é centro do capitalismo quando a gente pensa que um país como o Brasil tem a riqueza que tem e, ao mesmo tempo, tem 17 milhões ou 20 milhões de pessoas miseráveis. Quer dizer: ainda existe centro e periferia, mas talvez não como estudamos lá nos anos 80 e 90.

Então, essa cultura global e esse desenvolvimento econômico, essa pulverização do capitalismo cada vez maior fazem com que as sociedades, por mais peculiaridades que tenham, possam de certa forma sofrer de males parecidos. E, entre os males parecidos e causados pelo capitalismo, está o que o famoso Marx, que fez aniversário ontem, em 5 de maio, falava: o embrutecimento do homem no sistema capitalista.

Esse embrutecimento também ajuda a pensar na banalização da violência. Então, mais do que isso, é preciso pensar como também gera uma liquidez das relações, como diz o Bauman, no sentido da falta de uma solidariedade, da falta desses laços, do afrouxamento desses laços. Porque, quando peço justiça para alguma coisa, talvez eu faça isso da perspectiva individualista, e não necessariamente coletiva. Eu preciso pensar um pouco sobre isso.



Então, acho que é preciso pensar sobre como o século XXI padece de uma certa esquizofrenia em termos de alguns valores, o que permite a banalização da violência. Basta pensar até mesmo no tipo de programas que temos e que fazem apologia à violência ou mesmo na forma como, conforme eu já disse aqui, muitos jornais vendem notícias, o chamado pinga-sangue, como dizem. Porque esse espetáculo da má notícia... Um jornalista, um dia, disse isto para mim: *“Notícia ruim vende mais do que notícia boa”*. E aí eu entendo a lógica de muitos que preferem pedir para pôr na tela mais um caso de violência, de qualquer coisa dessa ordem.

Então, acho que esse é um outro ponto, para além da cultura brasileira, porque é preciso dizer também que a violência não é nenhum “privilégio” — entre aspas — nosso; está no mundo todo.

Isso acaba embocando numa não assimilação do que são os direitos humanos, e acho que essa é uma outra coisa importante. Quer dizer: se o direito de alguém de ter a carteira foi infringido por alguém, essa mesma pessoa que foi amarrada a um poste também teve o seu direito à integridade física e à vida não respeitado. E é dessa perspectiva que temos de ver.

Aliás, temos de pensar a justiça na sua forma mais ampla, não apenas a justiça em reparar, ressarcir pessoas que perdem coisas materiais, mas de pensar a justiça do ponto de vista social. O que tem provocado o que a gente chama de vulnerabilidade à pobreza ou vulnerabilidade social para que muitas pessoas estejam no crime? Não que a pobreza seja a explicação única para que as pessoas entrem na vida do crime, mas talvez seja uma das principais, eu diria.

Para fechar, eu acho que é preciso entender a importância do compartilhamento de responsabilidades, porque o discurso de que cabe apenas ao Estado ou o discurso de que não cabe nada à sociedade é um pouco frágil do meu ponto de vista. Eu acho que a gente tem que pensar o Estado enquanto formulador de política pública para poder desconstruir a violência como vala comum da resolução dos nossos problemas. Os partidos políticos precisam aprender a ouvir as demandas que se colocam — as manifestações de junho são prova disso; a forma como os jovens que fazem parte dos *black blocs* veem, com certa ojeriza, os partidos é outro sinal —, bem como a sociedade civil como um todo, pensando na importância de discutir a violência como o pior caminho para promover a justiça e



para promover a restituição da ordem, já que a ordem ou o desejo pela ordem é o que motiva esses atos, do meu ponto de vista, atos de barbárie.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Otoniel Lima) - Quero agradecer ao Sr. Paulo Silvino Ribeiro.

Os Deputados interessados em interpelar os convidados deverão inscrever-se previamente, junto à Secretaria.

Concedo a palavra, agora, à Sra. Isabel Seixas de Figueiredo. V.Sa. tem o período de 20 minutos.

A SRA. ISABEL SEIXAS DE FIGUEIREDO - Muito obrigada, Deputado. Quero, em nome de V.Exa., agradecer o convite ao Ministério da Justiça e saudar também todos os presentes e demais componentes da Mesa.

Eu acho que não dá para eu não iniciar a fala retomando algumas das coisas que foram mencionadas pelo Professor Paulo no sentido de algumas confusões que eu acho que a gente está, de alguma forma, perpetuando até em falas da imprensa, no sentido de dizer: *“isso acontece por causa de impunidade”* ou *“violência é forma de solução de conflito”*. São coisas que, de alguma forma, estão perpassando, estão se perpetuando, e eu acho que a gente está perdendo um tempo importante de parar e pensar com maior clareza nessas questões.

Eu acho que, quando a gente trabalha de uma forma tão imediata a ideia de relação, primeiro de chamar isso de justiça — vamos combinar, não há justiça nisso; justiça é outra coisa —, mas quando a gente trabalha de forma tão imediata a ideia de que linchar ou amarrar alguém num poste é algo que vem porque o Estado não dá a resposta no tempo certo, a gente está fazendo uma análise por demais rasa de um problema que é um problema muito grave e que não se relaciona talvez sequer preponderantemente com a segurança pública. É um assunto de segurança pública sim, mas é um assunto muito mais de outras ordens da vida em sociedade do que talvez da segurança pública.

Esse discurso, não podemos esquecer, é o discurso que, se a gente aceitasse como legítimo, seria o mesmo que sustenta também o policial militar que mata com as próprias mãos em vez de prender e encaminhar para julgamento uma



pessoa envolvida em um crime. Assim como nesse tipo de situação não é possível de forma alguma a gente aceitar que o Estado pule uma série de etapas e desrespeite uma série de direitos, claramente o mesmo olhar temos que focar quando a gente está pensando em questão de atuação social.

Parece-me que um olhar importante também que a gente tem que ter sobre essa questão — eu estava levantando alguns dados, informando-me um pouquinho — é que a gente tem pouco conhecimento sobre o fenômeno linchamento no País. Eu fiz uma pesquisa rápida. Eu tinha conhecimento de um banco de dados do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, que acompanha casos noticiados no jornal desde a década de 80, e aí a gente tem situações que são... Eles trazem, por exemplo, que nos últimos 21 anos no Estado de São Paulo existiram 553 casos. Mas a gente tem uma preocupação maior agora com o assunto, e ela é legítima, por conta da repercussão que esse tipo de caso tem na imprensa e, particularmente, com a questão das redes sociais.

Não minimizando o fato em si por óbvio, porque ele é absolutamente grave, é importante também lembrarmos que é um comportamento que tem a ver com o comportamento social, com o conjunto de pessoas propriamente dito. Do ponto de vista de resultado, obviamente não estamos falando de coisas que têm o mesmo impacto, mas não deixa de ser a lógica de funcionamento desse tipo de ação muito diferente da lógica de funcionamento do grupo de pessoas que resolve quebrar tudo ou até de um caso que eu estava comentando antes de iniciar a sessão.

Recentemente na minha frente ocorreu um acidente, virou um caminhão de cerveja, e todas as pessoas foram para o caminhão pegar os engradados de cerveja, muito pouco preocupadas inclusive com outras consequências ali do acidente.

Então tem um certo comportamento coletivo aí que é uma questão que, não necessariamente do ponto de vista formal, é uma questão legal ou que dê para a gente trabalhar com qualquer ação preventiva no que diz respeito particularmente à segurança pública. É um assunto que tem muito mais a ver com questões culturais e, muitas vezes, de educação mesmo do que com a segurança.

Eu acho que a segurança, como disse o professor, entra na pauta de uma forma bastante importante, não quando eu penso necessariamente na impunidade



do sistema como um todo, mas quando eu penso na impunidade desses casos particulares. Quer dizer, se por um lado hoje, com a questão de redes sociais e com tudo sendo filmado e passado *on line*, transmitido *on line* para as pessoas, a gente tem até um certo estímulo para esse tipo de caso, por outro lado a gente tem uma capacidade de identificação de participantes que a gente também não tinha antes. Em um caso de linchamento, que eventualmente antes a gente não sabia nem por onde começar o processo de investigação, a gente tem hoje isso. Esse caso particular que foi citado, o do Guarujá, foi integralmente filmado, com todas as pessoas envolvidas de alguma forma possíveis de serem identificadas.

Ainda assim há uma questão — eu vou falar de um ponto de vista bastante pessoal — sobre a qual eu tenho também uma certa dúvida. A pessoa que se envolve num tipo de situação como essa claro que é uma pessoa que tem um comportamento absolutamente indefensável, mas eu acho que a gente tem que aprofundar um pouquinho também o nosso conhecimento e o nosso pensar sobre qual é o tipo de comportamento que é possível ter numa situação dessas, numa situação em que você está ali numa multidão enfurecida, numa turba, em que às vezes é meio difícil mesmo que as pessoas consigam parar e ter uma análise crítica do fato, até porque analisar criticamente as nossas ações não é algo que a gente seja lá muito estimulado a fazer.

A minha fala é bastante breve, mas é uma fala no sentido de olhar... Embora a gente esteja aqui numa Comissão de Segurança Pública, Deputado, parece-me que é um assunto mais pertinente mesmo a uma noção de justiça em sentido amplo, não só de justiça no sentido de prestação jurisdicional.

E no que diz respeito particularmente à segurança pública, é claro que a gente tem uma necessidade de atuação e de um alinhamento melhor do sistema de segurança e justiça no sentido de redução de um conceito geral, de uma percepção geral de impunidade que a gente ainda tem no País, mas não me parece que seja exatamente essa percepção o elemento detonador de um tipo de caso, de um tipo de situação, como essas que recentemente a gente tem visualizado.

Parece-me importante que a gente tenha respostas claras do sistema de segurança e justiça para esses casos concretos que aconteceram. É importante, como disse o professor, o aprofundamento do olhar no sentido de que... Eu não



tenho certeza, Professor, se esse caso não ocorreria se a vítima fosse também uma vítima de camadas altas. A gente teve uma situação recente em São Paulo, que foi um atropelamento na Vila Madalena, e que foi a mesma coisa. A pessoa embriagada — não chegou a um resultado trágico — passou por uma calçada, atropelou algumas pessoas e aí também teve essa grande... Foi no Carnaval? Sim. Foi no bloco de Carnaval. A gente também teve essa mesma reação, independente da classe social da vítima do linchamento, não do atropelamento em si.

Mas, de qualquer forma, o que me parece é que a gente tem, sim, uma maioria de casos em que o que a gente visualiza como vítimas são pertencentes a segmentos socialmente discriminados historicamente no País, e, mais do que isso, é como se a gente, por pensar isso como decorrente de um comportamento social histórico que não se vê só no País, mas em outros países também, parasse nessa explicação e não fosse adiante no sentido de claramente produzir um processo de investigação e de responsabilização dos envolvidos.

Eu ainda entendo que o processo de responsabilização criminal de envolvidos — é claro que não é só essa função — é de qualquer forma, quando funciona, um exemplo no sentido de impedimento de repetição desse tipo de situação.

Em última instância, parece-me que, quando a gente está falando seja do caso do linchamento, seja do caso mais grave do quebra-quebra — e aí eu não estou entrando no mérito da motivação; eu estou pensando só do ponto de vista da ação —, a gente está pensando, em última instância, em uma volta à escolha entre civilização e barbárie. Ou a gente admite como razoável, para uma vida em sociedade, um Estado constituído e um conjunto de leis ao qual gostando ou não — e aí tem formas legítimas para brigar — a gente tem de se submeter ou a gente volta a um estado de natureza em que não importa mais o lastro.

O que é grave de toda essa situação é que é pura e simplesmente um boato, uma coisa que você imagina que numa situação como essa em que estamos agora, eventualmente, uma pessoa hábil é capaz de virar todos contra uma vítima por um simples manuseio de palavras.

Então, nesse sentido, eu acho que é um pensar profundo e importante não só para o sistema de segurança e justiça, mas particularmente para a gente imaginar uma questão maior: qual é o valor da vida no País? É muito grave o caso de



linchamento; é muito grave jogar uma privada num torcedor do time adversário; é muito grave jogar um rojão em cima de um manifestante; é muito grave que todas as coisas cheguem muito rapidamente a um nível de violência letal, que deveria ser algo não só não existente, mas, em casos excepcionais, a última instância. Infelizmente, a gente ainda vê isso em determinadas situações como a primeira instância. Mas, como eu disse no início, não me parece que seja necessariamente um tema preponderantemente de segurança pública, mas, sim, de cultura e de educação, enfim.

São só umas palavras breves, e fico à disposição, Deputado, caso seja necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Otoniel Lima) - Agradeço à Sra. Isabel Seixas de Figueiredo.

Passo a palavra ao último participante, Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira. V.Sa. tem o período de até 20 minutos.

O SR. BRUNO RENATO NASCIMENTO TEIXEIRA - Obrigado, Deputado Otoniel, pelo convite. Agradecendo o convite, também justifico a ausência da Ministra Ideli Salvatti em virtude de agenda previamente assumida. Hoje, a Ministra está no Estado de Rondônia assinando a constituição, naquele Estado, do Comitê de Combate e Enfrentamento à Tortura, um avanço também para o Estado Democrático de Direito, onde as instituições se organizam em torno de pautas como o enfrentamento da tortura ainda presente de forma muito ativa nas instituições de segurança pública, nos espaços de privação de liberdade. Enfim, há a necessidade real de se constituir mecanismos de controle de espaços fechados. Então, ela agradece o convite e manda um forte abraço a todos os Parlamentares.

Bom, queria agradecer também ao meu colega Professor Paulo Silvino, à minha colega de Governo, Isabel, colega do SENASP, aos demais assessores, Deputados aqui presentes, Deputado Jean Wyllys, Deputada Keiko Ota, que também cumprimentamos, o colega de Secretaria, Lucas, enfim.

Falar um pouco desse processo que temos acompanhado nos últimos dias na mídia traz também a reflexão para a Secretaria de Direitos Humanos em torno de como agir enquanto Governo, enquanto Estado frente a esse cenário. E o que nos assusta mais não é o caso concreto, os conceitos que estão sendo construídos a



partir desses casos. Parece-me que é um pouco o reflexo de um entendimento que tem sido produzido na sociedade, e talvez esse seja o ponto central da discussão e que nos causa a maior preocupação.

Então, eu também serei breve aqui nas minhas considerações. Eu acho que é importante o fomento do debate e eu queria começar um pouco falando da importância de momentos como este para que a gente possa refletir a partir do nosso processo histórico recente da história contemporânea de tanta luta, de tanto sacrifício pela consolidação do Estado Democrático de Direito, onde, num passado muito recente, não havia a possibilidade de vigorar princípios que hoje são cristalizados em cláusulas pétreas na nossa Constituição, pois eram cerceados da população por um Estado violador de direitos humanos. Daí a importância de espaços como a Comissão da Verdade, para que possa restabelecer a verdade e, a partir da verdade estabelecida, constituir uma justiça de transição capaz de apontar para a sociedade que práticas de exceção, de tortura, de violação aos direitos humanos não podem mais se repetir no nosso Estado. É um pouco a partir desse cenário, dos resquícios da ditadura, que a gente ainda encontra de forma muito presente na intervenção do braço armado do Estado, que são as forças de segurança pública. Parece-me que esses conceitos refletem de forma muito direta na forma como a população começa a enxergar segurança pública, a enxergar a prática da justiça ou do justiçaamento, porque não há de se falar justiça num cenário onde há violações de direitos humanos.

Então, a gente parte do princípio de que essa luta culminou na Constituição de 1988, em que um dos princípios básicos da nossa Constituição é a dignidade da pessoa humana e que, quando se contrapõe com essa prática que a gente presenciou nos últimos dias, faz com que a gente faça uma reflexão muito clara de como a sociedade consegue enxergar ou como esses conceitos conseguem chegar de forma a construir um entendimento ou construir uma pauta na sociedade em torno das discussões de direitos humanos, que na maioria das vezes se coloca de forma antagônica a todo esse cenário construído a partir, como a gente colocou aqui, da cultura da violência pela violência, da apologia da violência para solução para prática da violência.



Então, é um pouco nesse sentido que, quando a gente levanta a bandeira e a pauta dos direitos humanos, o faz sempre colocando um contraponto àquilo que seria mais comum do senso comum colocado para a sociedade. Daí, vem uma das intervenções que o Estado brasileiro tem que assumir, como eu coloquei, que se restabeleça a verdade, que se constituam espaços de justiça restaurativas, de justiça de transição, para que a gente consiga cada vez mais apontar para uma sociedade que repudia um passado de estado de exceção, para que as pessoas possam se empoderar desse sentimento e compreender que não é em razão de uma anomia, como é colocado, ou seja, da ausência de alguma política pública, em especial de segurança pública, que vai se justificar a prática da barbárie. Não seriam apenas os conceitos, não seria apenas a constituição de políticas públicas naquela comunidade que deveria ser o único orientador para a adoção de alguma medida voltada à violação de direitos humanos.

Então, a Secretaria, nessa discussão recente, tem posição muito clara em relação ao que deve ser feito, com amplo debate com a sociedade civil, com a sociedade como um todo, em torno desse tema, tendo em vista que, quando é colocada a pauta de direitos humanos, principalmente hoje nos meios de comunicação, aqueles mais conservadores que tentam difundir a lógica de que bandido bom é bandido morto, banaliza-se a vida, minimiza-se a vida, cria-se um cenário onde a permissividade em torno da violência é justificada pela própria violência, pelo contexto, e nós percebemos simultaneamente a atuação de um Estado ainda opressor na pessoa das entidades de segurança pública, que ainda, como eu coloquei, refletem resquícios daquele momento do estado de exceção. E isso parece que permeia a sociedade, que cria a justificativa para adoção desse tipo de prática, da violência, da tortura, da exploração sexual de crianças e adolescente, que, na maioria das vezes, é colocada também como uma questão cultural. Então, a gente vai criando cenários onde a justificativa é a cultura: culturalmente as pessoas aqui exploram crianças; culturalmente, nas comunidades mais carentes, é natural que aquele jovem na faixa de 15 a 29 anos tenha sua vida ceifada em virtude do tráfico de drogas. Ou seja, a gente vai naturalizando aquilo que a gente tanto repudia, como o professor Paulo colocou.



Então, eu acho que esse é um debate pertinente. Nós da Secretaria de Direitos Humanos entendemos a necessidade desse momento de se discutir, na ótica dos direitos humanos, na ótica da segurança pública, uma formatação onde a gente consiga apontar para a sociedade que falar em direitos humanos é garantia do Estado Democrático de Direito, é garantia daquilo que nós e os nossos antepassados lutamos com tanta veemência para que se conseguisse colocar de forma positivada em lei, que são os princípios e as garantias constitucionais. Hoje, nós vemos tudo isso sendo comprometido em virtude de práticas como essas.

Então, Deputado Otoniel, é nesse sentido que nós nos apresentamos para o debate, nos colocamos à disposição. Acho de fundamental importância essa interlocução de governo. Concordo plenamente com a Isabel, quando ela coloca que não se trata de uma questão de segurança pública, mas de uma questão de promoção, de cada vez mais educar as pessoas em torno da pauta de direitos humanos, de segurança pública aliada e associada à cidadania. Que a gente consiga compreender que não se pode tratar violações de direitos humanos, negligência estatal apenas como um fato de segurança pública.

Então, é nessa perspectiva que a gente tem que avançar nesse debate, e eu acho que são fundamentais espaços como este e outros tantos que precisamos fomentar para o debate franco, sincero, a partir da nossa realidade. E nós sabemos que é um enfrentamento ideológico tratar do contraponto desse cenário que está colocado na grande mídia, desse cenário que está colocado no seio da sociedade. Eu acho que é uma tarefa e um desafio colocado para o Estado brasileiro, tanto para o Legislativo e o Judiciário e para nós do Executivo, e que nós temos de enfrentar de forma franca e sincera diante do cenário que está colocado.

Eu queria agradecer, mais uma vez, o convite e nos colocar à disposição para o debate. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Otoniel Lima) - Nós é quem agradecemos, Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira.

Terminadas as exposições, iniciaremos os debates. Cada interpelante deverá fazer sua formulação em no máximo 3 minutos, tendo o convidado igual tempo para responder. Serão permitidas as réplicas e tréplicas pelo prazo de 3 minutos improrrogáveis.



Concedo a palavra ao Deputado Jean Wyllys, primeiro inscrito. Embora não faça parte desta Comissão, agradecemos a participação de V.Exa. na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Obrigado, Deputado Otoniel, Presidente desta audiência pública. Eu não sou membro desta Comissão, mas o tema me interessa bastante, até porque nós somos do partido que representou junto ao Ministério Público contra a apresentadora âncora do *Jornal do SBT*, Rachel Sheherazade, por sua fala em estímulo ao justicamento, ao linchamento. Então, a discussão me interessa bastante.

Talvez eu não consiga resumir todas as minhas colocações em 3 minutos, porque não tenho perguntas propriamente, mas tenho posições para pontuar as três falas que ouvi. O Prof. Paulo pediu que olhássemos bastante para a formação do nosso povo quando fôssemos analisar esse fenômeno. Ele tem toda razão. Não podemos, por exemplo, pensar no racismo que hoje perpassa as relações sociais no Brasil sem pensarmos na escravidão como um motor da economia durante, pelo menos, dois séculos no Brasil. Não podemos deixar de pensar também na maneira como migramos de uma aristocracia colonial para as elites que temos hoje. Nessa passagem, tanto em uma como em outra, tem mais uma perspectiva de privilégios do que de direitos. Apesar de vivermos formalmente num Estado Democrático de Direito, a percepção e a perspectiva dessas elites é a perspectiva do privilégio, e não necessariamente do direito.

Mas eu pediria também que olhássemos para a nossa história recente. O Bruno pontuou um aspecto da nossa história recente, que foram os anos de ditadura militar, que são suficientes, duas décadas, para criar uma cultura de desrespeito à dignidade humana, um desrespeito praticado pelo próprio Estado com as torturas nos porões das delegacias e dos quartéis, como nós sabemos hoje. Quer dizer, sabíamos disso antes da Comissão da Verdade e sabemos mais agora, por conta desta Comissão. Então, criou-se uma cultura de que certas pessoas são desprovidas de dignidade, a ponto de serem vítimas de um crime de lesa humanidade, como é a tortura. E a tortura continua a ser praticada nas delegacias, nas prisões e nas comunidades mais pobres, onde a polícia tem uma atuação maior.



Não podemos nos esquecer dessa herança quando formos pensar no justicamento e no linchamento; não podemos nos esquecer de pensar no modelo de desenvolvimento que a ditadura militar implantou no Brasil e o que ela provocou em termos de migração de pessoas do campo para a cidade, criando as grandes periferias e todos os problemas das grandes cidades, as periferias urbanas alijadas de direitos. O Estado não pagou o débito a esse contingente — o débito em educação, o débito em saúde, o débito em moradia de qualidade, o débito em acesso à cultura, à Justiça.

Nascer num Estado-Nação é nascer portador de um crédito, e esse crédito existe na forma de direitos, mas esses direitos não foram pagos. Essas periferias se organizaram à margem da proteção do Estado e da garantia de direitos. E um dos débitos cruciais desse Estado, que permanece mesmo com a ascensão do Lula ao Governo, mesmo depois da chamada Era Lula, em que pesem todos os inegáveis avanços sociais que a Era Lula trouxe, ainda assim esses débitos não foram pagos, sobretudo o débito com a educação. Podemos até ter massificado a educação, mas a qualidade da educação oferecida ainda é precária.

A educação e a cultura têm papéis centrais na formação daquilo que Hannah Arendt chamou de “vida com pensamento”. Quer dizer, é o processo civilizatório, o respeito à vida humana, à dignidade humana, respeito ao outro, à diferença cultural. E só uma educação de qualidade e o acesso amplo à cultura, a equipamentos de cultura, de esporte e lazer — que não há nas periferias, que a grande maioria do povo brasileiro não tem acesso — podem produzir esse respeito pela vida.

Então, não se pode pensar também nos linchamentos sem pensar nesse débito e sem pensar, inclusive, em como essa ausência do Estado permitiu, sobretudo no início dos anos 80 até os anos 90, a emergência dos chamados "embriões de Estado" nessas periferias, que são o poder do narcotráfico e das milícias, que também operam um justicamento à margem do Estado de Direito no Estado Democrático de Direito.

Portanto, estamos percebendo que é um caldeirão cultural de violências institucionais ou de violências decorrentes da negligência institucional que acaba desembocando nesses atos de justicamento. São os "embriões de Estado" — não podemos nos esquecer disso.



Não podemos também deixar de pensar que apesar dessas especificidades típicas do nosso processo sócio-histórico, o Brasil está inserido numa cultura global mais ampla, e vivemos hoje um tempo em que a lógica do mercado se impôs. Esta é a verdade. Todos os aspectos da vida foram mercantilizados. E essa cultura de mercado é profundamente hedonista, e as novas tecnologias da comunicação e da informação só fomentaram isto: uma sociedade da imagem, imagética, do parecer, do ter em detrimento do ser. As pessoas acham que são importantes porque devem comprar objetos de consumo. Tudo isso leva também a um excesso de individualismo e à desvalorização de quem não tem, é óbvio.

Embora eu concorde com você, Isabel, que independente de classe uma pessoa pode ser vítima de um justicamento, de um linchamento, na prática, isso acontece com as pessoas mais pobres, porque são as que historicamente estiveram alijadas de direitos e foram descartadas materialmente e do ponto de vista do discurso. Aí entro num aspecto fundamental, quer dizer, não há exclusão da comunidade de direitos se as pessoas não forem, antes, desqualificadas como sujeitos de direitos. E a televisão, os telejornais especializados e, antes dos telejornais, a mídia impressa — como, por exemplo, o *Notícias Populares*, que já não existe mais, cumpria muito bem esse papel em São Paulo durante muito tempo. Na Bahia havia também um jornal igualzinho a esse — em todas as cidades reproduz um jornal que desqualifica as populações mais pobres e associa essas populações à prática de crimes, à violência, e, portanto, justifica a presença apenas da polícia nessas comunidades. E se essas pessoas são desqualificadas e expulsas da comunidade de direitos, a polícia, ainda que proveniente dessa mesma comunidade, não vai respeitar essas pessoas como cidadãos, sujeitos de direitos. E aí vemos toda a violência praticada nas periferias. Mais recentemente, no Rio de Janeiro, vimos uma doméstica ser arrastada 300 metros por um carro da polícia e também um pedreiro que desapareceu.

Portanto, não podemos pensar no justicamento sem pensar nessas questões todas: as questões específicas nossas, que nos dizem respeito, e as questões mais amplas, que dizem respeito à inserção do Brasil num contexto internacional.

Não podemos nos esquecer também desta Casa. Esta Casa tem um papel. Nós falamos dos meios de comunicação, mas muitos Deputados aqui, em que pese



o juramento feito ao tomarmos posse — de respeito à Constituição Federal e de proteção aos princípios fundamentais da Constituição —, levantam a bandeira de que “bandido bom é bandido morto”; a bandeira de que “os direitos humanos são direitos de bandidos”. Isso é de uma desonestidade, de uma falta de discernimento que também é responsável pelo justicamento e pelo linchamento, pois de alguma maneira há uma relação.

A nossa Constituição é clara ao reconhecer que alguns sujeitos da nossa Nação, do nosso povo, ocupam posições desfavoráveis — posições que têm a ver com suas identidades culturais, sexuais, étnicas. Os povos indígenas estão em mais desvantagem, a população negra das periferias está em mais desvantagem, os homossexuais e os transexuais também. A Constituição reconhece isso e coloca como objetivo da República promover o bem de todos, sem discriminação. Isso está na nossa Constituição. Mas vemos repetidamente Deputados irem à tribuna para negar o direito e a dignidade a esses sujeitos que estão em posição de desvantagem.

Então, esta Casa também tem uma responsabilidade nisso tudo e não pode se isentar, em que pese o Deputado Otoniel e a Comissão de Segurança Pública terem promovido esta audiência. Isso é muito bom, inclusive para podermos ver quais são as nossas responsabilidades nisso tudo.

E por uma lógica eleitoral — ou eu diria “eleitoreira” —, os Parlamentares não conseguem enfrentar os preconceitos do eleitorado e dizer: *“Direitos humanos não são direitos dos não bandidos; Direitos humanos são direitos de todos e todas, inclusive da pessoa que comete um delito”*. E isso deve ser dito porque todos nós somos passíveis de cometer um delito. E pela quantidade de crimes previstos e tipificados no Código Penal Brasileiro, é provável que todos nós nesta sala já tenhamos cometido algum tipo de crime. Mas não é porque uma pessoa cometeu um delito que ela tenha que ser alvo de tortura, que ela não tenha direito a uma segunda chance, a cumprir a pena em lugar digno, a um julgamento justo ou à defesa. Não é porque uma pessoa cometeu um delito que ela tenha que ser linchada, no vácuo da legalidade, e sofrer pena de morte.

Vemos aqui que muitos Deputados não têm coragem de enfrentar o eleitorado e dizer: *“Não é verdade”*. E não têm coragem de dizer que esse discurso vitima



inclusive ele mesmo, o próprio eleitorado, e que a gente tem que lutar pelo Estado Democrático de Direito.

Então, nós temos duas instituições que deveriam primar pela responsabilidade e pelo discernimento, mas vemos muitas vezes as duas caindo na irresponsabilidade e na falta de discernimento, que são o Legislativo e os meios de comunicação de massa, que também não agem com discernimento.

Para não ficar parecendo que eu só levantei problemas, há soluções. Por exemplo, eu acho que o Governo Federal — aí falo diretamente para vocês, que estão no poder há 12 anos — deve rever as prioridades do Orçamento. Se a gente olhar a "pizza" do Orçamento, a gente vai ver quanto foi destinado para a cultura e para a educação neste País. Quantas escolas de educação integral há no Brasil hoje? Tudo bem, aumentou nos Governos Lula o número de escolas de educação integral, mas ainda não o suficiente, porque os recursos destinados para a educação não são recursos tão suficientes e tão generosos quanto os destinados para sustentar o sistema financeiro, por exemplo. A gente tem que rever isso, as prioridades deste País. Se queremos, de fato, ser uma Nação em desenvolvimento, apesar de termos a quinta economia do mundo, não podemos ter um índice de desenvolvimento humano pífio. De que ainda temos recursos se não temos desenvolvimento humano?

Então, é preciso rever as prioridades orçamentárias e colocar como meta o combate à corrupção. A corrupção gangrena as estruturas públicas deste País. Não só o Executivo, mas também o Legislativo está envolvido em esquemas de corrupção e cessão a *lobbies* de grandes corporações. É preciso rever isso, porque a corrupção drena também os recursos que deveriam ser destinados à promoção dos direitos humanos, sobretudo os direitos sociais, o direito à educação, o direito à cultura, que são fundamentais.

Deve-se pensar em uma política de segurança pública que transforme o policial militar, agente do Estado, não em um repressor, mas em um defensor de direitos, para que cada pessoa seja vista como portadora de direitos e que a presença da polícia na comunidade seja para proteger os direitos daquela população; e não para violá-los.



Por fim, uma coisa que cabe a nós aqui é votarmos leis mais justas. Nem toda lei é justa — essa é a verdade. E aprovamos leis aqui que são injustíssimas, leis, inclusive, irresponsáveis, de endurecimento, de muito mais fortalecimento dessa cultura do ódio e do ressentimento, porque defender endurecimento de penas, defender redução da maioria penal indiscriminadamente, sem levar em conta o contexto que a gente vive, sem levar em conta a nossa história, sem levar em conta o índice de barbárie que ainda prevalece no Brasil, é ser irresponsável e é colaborar com esse caldeirão. Então, essa responsabilidade também é nossa. A solução existe, só precisamos arregaçar as mangas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Otoniel Lima) - Agradeço a participação do Deputado Jean Wyllys.

Passo a palavra ao Deputado Efraim Filho, que é o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO – Subscrito junto com V.Exa.

Presidente, um dos motivos que nos levaram a assinar o requerimento, a ser autor dessa propositura e ter recebido da Comissão de Segurança Pública o aval para que esta audiência se realizasse é exatamente por entendermos a que ponto de deterioração chegaram os princípios e valores da nossa sociedade. Entraríamos aqui em um debate infundável e sem resposta. Não sei se seria estéril, porque eu acredito que toda discussão pode produzir frutos, mas não chegaríamos a um resultado para dizermos de quem é a culpa.

Eu acho que talvez essa seja a grande pergunta que a sociedade se faz. Quando eu falo sociedade, refiro-me à sociedade mediana, não aos *experts*, aos acadêmicos, aos legisladores. Nós temos outro tipo de abordagem do tema.

Depois vou resgatar boa parte das falas, porque eu não tive a oportunidade de ouvir todas em razão da votação do Plano Nacional de Educação — PNE, o que nos deixou divididos entre essas pautas. Mas pude captar um pouco da ideia da defesa dos senhores e senhoras e acredito que a discussão — eu sou muito pragmático — deveria ter o foco no que fazer para não chegarmos mais perto do fundo do poço. E me vem à mente aquele famoso adágio popular que diz: *“Nada está tão ruim que não possa piorar”*. Para quem pensa que chegamos ao fundo do poço, digo que não chegamos ainda; mas chegaremos, se não forem tomadas medidas para se reverter essa tendência absoluta de queda.



Acredito que essa posição é unanimidade, como foi dito aqui, pois eu não vi ninguém defender a justiça com as próprias mãos. Eu, particularmente, acho que nem mesmo a jornalista Raquel fez a defesa da justiça com as próprias mãos. Eu acho que houve, no meu entender, uma interpretação direcionada da fala dela, o que acabou levando a uma grande discussão. Mas o questionamento que se fez e que eu acho que estava embutido ali era: o que leva uma sociedade a chegar a esse nível de decadência, ou seja, de se aplaudir eventos como esses? Onde o poder público está ao permitir que isso aconteça? Que falhas históricas, que falhas de 100 anos para cá, todos os Governos deste País tiveram que permitiram esse acontecimento? Onde nós vamos parar?

Nós temos uma verdadeira inversão dos valores hoje quando se fala em termos de segurança pública. A tradição — não vou dizer que é minha, pois sou mais jovem, estou na faixa dos 35 anos — da geração dos meus pais, dos meus avós, era a de, como costume, colocar a cadeira na calçada e conversar até 23h, 24h. A dos senhores, imagino, é a mesma, principalmente quem é do Nordeste como eu. Isso se fazia demais. Hoje não se faz mais. Por quê? Porque antigamente as ruas eram das famílias, as praças eram das crianças e existia um bandido que estava atrás das grades.

Hoje se perdeu a rédea desse sentimento e ocorreu a inversão. Por absoluta falência do poder público, os bandidos tomaram conta das ruas, e as famílias se encarceraram dentro das suas próprias casas. Podem fechar os olhos e imaginar as nossas casas, os condomínios, os prédios, o que for: é grade, é muro alto, é sistema de monitoramento e vigilância, é alarme, é cadeado, é pitbull na porta. As nossas casas estão virando prisões para nos afastar das ruas.

Então, quando se fala que começa dentro da sociedade um sentimento... Eu não estou fazendo um juízo de valor, como até o Deputado Jean Wyllys disse, sobre determinado Parlamentar que vai à tribuna defender isso ou aquilo. Isso não é o mais grave. O mais grave é quando se fala e se encontra o respaldo na sociedade; é quando se vê a sociedade aplaudindo e dizendo: *“É isso mesmo. Tem que resolver dessa forma. É assim que se faz.”* Isso é grave! Não estou fazendo juízo de valor, se é certo ou errado, mas isso é grave porque vai nos levar a um local de absoluta decadência desses princípios e valores.



O Brasil está muito perto de perder o ponto de tensionamento, quando ainda dá para se trazer o elástico de volta. Em determinado momento, esse elástico não aguenta o seu tensionamento e vai romper. Nós estamos muito próximos de uma guerra civil, urbana. E em alguns lugares ela é silenciosa e já existe. São 50 mil mortes — não tenho o número aqui decorado — ou 60 mil mortes por ano!, A Deputada Keiko Ota me traz esses dados. Mas isso chegou a um ponto inadmissível. E não podemos perder a capacidade de nos indignar diante disso.

São notícias de jornais pela manhã, à tarde ou à noite, de rádios, jornais populistas e sensacionalistas, isso e aquilo. E aí volto a dizer que não importa se estão certos ou errados, o problema é que a sociedade perdeu a sua capacidade de se indignar, de ver que isso está errado e de cobrar do poder público solução. E quando a sociedade cobra, tal como ocorreu nos movimentos de junho, acaba sendo essa resposta muitas vezes deturpada.

Então, a minha fala é para parabenizar a presença dos senhores e me preocupar — e permitam-me divergir do que eu pude escutar —, pois eu não acho que o poder público tenha feito a sua parte; eu não creio que o poder público está cumprindo com aquilo que deve fazer para reverter essa tendência, como investimentos em cultura e educação.

A segurança pública só será eficaz se for uma política pública multissetorial, como aconteceu na Colômbia, por exemplo. E aqui não é. E isso inclui até o paisagismo nos parques, porque não se pode ter arbustos grandes, áreas sem iluminação, visto que ali é o local onde, à noite, o estuprador pode atacar quem estiver passando. Nas cidades, a vegetação deve ser rasteira nos parques, para que não haja local para o meliante se esconder.

Portanto, a minha preocupação é esta: o poder público tem falhado; o Governo brasileiro não faz a sua parte. Estão aí os estádios da Copa do Mundo. Essas são as inconsequências, as contradições do Brasil do século XXI. Vou começar aqui pela água do Nordeste: a transposição do Rio São Francisco está parada, enquanto a gente bate recorde no fundo do oceano para retirar petróleo do pré-sal. E não se consegue entregar água na superfície para o brasileiro que está morrendo de sede. Fazem-se investimentos bilionários para um estádio da Copa do Mundo e não há nada para a escola, para o hospital, para a delegacia.



Dessa forma, não adianta a gente dizer que está no rumo certo, porque não está. O Governo não tem feito a sua parte, a sociedade não tem feito a sua parte.

Eu finalizo com uma questão: o direito à vida. Agora, não se pode ter esse senso meramente paternalista sobre tudo e sobre todos. Para tudo tem-se uma desculpa. Não, se o Estado falhou, se o poder público falhou, se a sociedade falhou, se até mesmo a família falhou, o direito à vida é o maior direito de todos. Não se pode ter válvula de escape para justificar quem tira a vida de outro. Não se pode dizer: “Ah, coitadinho!” Não é esse tratamento que tem de ser dado; não é esse. Deve-se reconhecer que o direito à vida é supremo. E esse entendimento deve ser passado e servir de ensinamento para as gerações mais jovens. Não se pode tirar a vida de ninguém, sob nenhuma desculpa.

Nesse sentido, eu encerro a minha fala e passo aos demais companheiros que queiram debater a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Otoniel Lima) - Agradeço ao nobre Deputado Efraim Filho e passo a palavra à Deputada Keiko Ota.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Boa tarde a todos e a todas! Cumprimento os integrantes da Mesa e o Presidente.

Realmente, o debate está muito forte, e a gente precisa tomar uma decisão aqui.

O Paulo, que é professor de Sociologia, disse que a gente precisa ouvir mais o clamor da sociedade. Há alguns dias discutíamos sobre o fato de que 93% da sociedade querem a redução da maioria penal. Mas eu...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Desculpe, Deputada, mas onde está esse dado de que 93% da sociedade...

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - De 10 pessoas, 9 querem...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Mas quem deu essa estatística? A gente não pode... a gente tem que trabalhar com um pouco discernimento. Quem foi que deu essa estatística? Desculpe perguntar.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Deputado, olha, eu sou vítima. Eu sou mãe, eu sou vítima de violência.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu sei disso, eu sei disso.



A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Eu presido a Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Violência...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sim.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - ... e eu vejo a situação caótica da violência.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Não, todos nós vemos. Mas a estatística...

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Espere, eu vou concluir, viu?

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Tá.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - E esse dado aqui não quer dizer que a sociedade quer punir o menor infrator violento. Eles estão querendo uma solução. É uma maneira simples de eles externarem o pavor e o medo.

No último final de semana houve um caso em São Paulo de um médico, que é meu parente e que morreu após ser baleado por engano dentro de uma delegacia em Santo André, na Região do ABC. Essa tragédia só aconteceu por conta do medo que a criminalidade e a violência estão despertando nas pessoas, inclusive na própria polícia, que tem o importante papel de nos defender.

Eu também vejo que os direitos humanos são para todos. Eu faço palestras nas comunidades mais carentes e vejo aqueles jovens sem norte. Eles não têm mais referência de pai e de mãe. O que eles têm é a violência. Então, eles saem de lá e vão cometer crimes nos bairros. E o que acontece? A sociedade está correndo risco. É uma maneira de externar o medo aí.

Eu acho que direitos humanos têm que ser para todos. Eu também acredito que eles têm recuperação, mas onde há a ausência do Estado a violência corre. Essa é minha indignação. Nós não podemos esperar.

Eu faço uma pergunta aqui: quais são as medidas necessárias que vocês acham que nós, Parlamentares, podemos tomar a fim de evitar ou reduzir os casos de justiça com as próprias mãos?

É muito importante trabalhar na prevenção. A doutora falou sobre 500 casos, mas podem ocorrer mais. Então, a gente tem que ter uma prevenção.

Obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Otoniel Lima) - Alguém quer responder? Fica aberta a palavra aos convidados da Mesa.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu só queria fazer um acréscimo, Bruno, sobretudo para você.

No caso do Guarujá, há um aspecto que não pode ser desprezado. O boato em torno da vítima era o de que ela praticava magia negra. E a gente sabe que a expressão “magia negra” foi cunhada para dar conta das práticas religiosas das comunidades afrodescendentes. Essa expressão “magia negra” sempre foi confundida com a prática das religiões de matriz africana, o candomblé e a umbanda. A gente sabe que o preconceito contra essas religiões e contra as pessoas que praticam essas religiões está profundamente arraigado, é reproduzido e estimulado por perseguição religiosa feita por igrejas neopentecostais nos seus “telecultos”, que promovem de maneira aberta e clara a perseguição a essas pessoas.

A gente sabe que, diante do débito em educação de qualidade e de acesso à cultura, essas pessoas não desenvolveram aquilo que a gente chama de “vida com pensamento”. Elas recebem, portanto, essas mensagens e esses preconceitos nas redes sociais como verdades absolutas, não fazem distinção do que é mentira e do que é verdade. Portanto, esse aspecto não pode ser desprezado nesse caso.

Eu te pergunto: como um membro da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, como um homem negro, afrodescendente, membro de um Governo que tem um Plano Nacional de Direitos Humanos e que acabou de votar o Marco Civil da Internet — eu sei que é uma pergunta difícil para você responder —, você poderia, pelo menos, como membro desse Governo, desenhar alguma ação articulada nesse sentido entre os diferentes Ministérios, não só para proteger os adeptos de religiões minoritárias, mas para conter a difamação desses coletivos religiosos, promover o discernimento — porque a prática de tortura e de violência contra pessoas não se confunde com práticas religiosas — e, ao mesmo tempo, assegurar o que eu chamo de processo civilizatório à maioria das pessoas?

O SR. BRUNO RENATO NASCIMENTO TEIXEIRA - Você coloca ações em várias frentes, Deputado.



O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sim, inclusive de maneira articulada entre os Ministérios. Eu suponho, Bruno, que os Ministérios trabalhem de maneira articulada. Se não trabalham, devem trabalhar de maneira articulada.

O SR. BRUNO RENATO NASCIMENTO TEIXEIRA - No último período nós temos constituído o princípio do diálogo. Eu acho que é o primeiro passo para que nós possamos entender ou compreender, a partir de todos os conceitos colocados, a dinâmica com que estão sendo colocados para a sociedade é que alguns conceitos são repudiados pela sociedade e outros não. É fato a questão da homofobia, o racismo — e, agora, literalmente, a banalização do racismo —, a intolerância religiosa e outras questões relacionadas aos direitos humanos. Parece-me que há uma permissividade por parte da sociedade em acatar a prática da tortura e a violência policial.

O entendimento que a gente tem sobre a matéria é que, ao passo que as comunidades, principalmente as mais vulnerabilizadas, onde só havia a presença do Estado, por meio das instituições de segurança pública, elas formataram um meio social, estabeleceram um meio de convívio social, um formato para conduzir as relações sociais, no qual se permitiam todos os excessos e abusos. E hoje, para garantir essas estruturas, parece-me que se permite a continuidade desse processo. É um pouco daquela linha que a gente estava colocando dos resquícios da ditadura, do processo histórico.

Agora, quando da retirada apenas desse ente estatal, segurança pública, ou polícia militar mais propriamente dita, parece-me que o que ficou foram as práticas, o que permite à sociedade adotar as mesmas práticas, para rechaçar aquilo que ela compreende por meio dessa lavagem cerebral, que é constantemente colocada para essas comunidades de um modo geral. E qual é o caminho a ser adotado?

Então, parece-me, Deputada, que a senhora colocou de forma muito pertinente a questão da educação, de como inserir na pauta. Parece-me que esse é o grande desafio, Deputado Jean, além de constituir um comitê de enfrentamento ou de discussão em torno da diversidade religiosa, o Comitê Nacional de Promoção da Igualdade Racial e, dentro desse comitê, defender um projeto efetivo de inserção do negro no meio social, com elevação de sua escolaridade e participação no cenário



político, que é onde se tem a tomada de decisão. E lá ele é apenas representado, não tem a participação efetiva na tomada das decisões.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Bruno, você me permite?

O SR. BRUNO RENATO NASCIMENTO TEIXEIRA - Pois não.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sem querer polemizar, eu juro que eu não estou polemizando. Mas, por exemplo, nós aprovamos nesta Casa a Lei nº 10.639, que você conhece muito bem.

O SR. BRUNO RENATO NASCIMENTO TEIXEIRA - Sim, bastante.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Essa lei é praticamente letra morta, porque o Estado não conseguiu implementar nas milhares de escolas brasileiras a inserção desse conteúdo nos currículos escolares. O Estado tem encontrado resistência na ponta.

O SR. BRUNO RENATO NASCIMENTO TEIXEIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - E a gente sabe que a ausência desse conteúdo nos currículos escolares, o ensinamento, a transmissão dos valores das culturas africanas na sociedade brasileira, na cultura brasileira, a valorização dessa herança cultural africana, a transmissão desse conhecimento, se isso não acontece, a gente faz perpetuar e permite a reprodução de preconceitos em relação às religiões de matriz africana, que resultam em linchamento de uma pessoa que foi acusada de os praticar.

O SR. BRUNO RENATO NASCIMENTO TEIXEIRA - Eu concordo plenamente. Eu concordo plenamente.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Então, o que eu quero dizer é o seguinte: como o Ministério da Educação, articulado com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria de Direitos Humanos, ainda não sentaram para desenvolver uma política pública de implementação dessa lei nas diferentes escolas, com formação ampla e continuada dos professores que são hoje a resistência na ponta?

O SR. BRUNO RENATO NASCIMENTO TEIXEIRA - Deve ser o primeiro passo, inclusive: formar o professor.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Deve ser um passo, urgentemente! Eu acho que, às vezes, o Estado falha na tarefa independentemente de qual partido



esteja no poder, porque, antes da era Lula, já tinha isso na era FHC, e de maneira muito pior. Houve uma melhora sensível na era Lula, mas nunca houve essa articulação, essa vontade política de enfrentar isso. Entendeu? É disto que eu falo: de elencar quais são as articulações nesse sentido.

O SR. BRUNO RENATO NASCIMENTO TEIXEIRA - Eu compreendo. Eu acho que é um desafio.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Sr. Presidente, peço a palavra para um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Otoniel Lima) - Pois não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Eu gostaria de passar informação sobre a pesquisa feita pelo instituto MDA junto com a Confederação Nacional do Transporte — errei por 3% —: 92,7% querem a redução da maioria penal.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Segundo pesquisa da MDA, que é da Confederação Nacional dos Transportes?

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Isso.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Bacana. E V.Exa. sabe o universo, Deputada?

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Eu peguei agora esse dado. Eu vou aprofundar mais.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Está bom. Eu vou também buscar essa informação, porque me parece um pouco demasiada e inflada esse...

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Mas mesmo que não seja, a violência está demais.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - A violência está demais, mas não podemos botar a culpa nos nossos menores. Entre as pessoas que praticaram o linchamento no Guarujá, não havia menores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Otoniel Lima) - Agradeço a participação dos Deputados. Só queria fazer uma pergunta ao Bruno Renato Nascimento.

Na visão da Secretaria de Direitos Humanos, o que é violência policial? Quando se fala em violência policial, o que quer dizer? Quando em confronto, mata-se um bandido ou quando um bandido tira a vida de um pai de família ou de um policial, onde fica o Estado nisso? Onde se manifesta a defesa de um policial



quando é morto por um menor, como aconteceu ontem em São Paulo, que somente porque detectou que era um policial, atirou na cabeça de um pai de família? Quando se fala em violência policial... Porque nós estamos em uma situação em que a polícia é hoje refém do crime organizado.

Então, nós estamos em uma Casa de Leis em que muito se defende a redução da maioridade penal, em que muito se defende que nós temos que acabar com o auto de resistência, em que muito se defende que nós temos que legalizar o uso do entorpecente e dar anistia para bandido. E foi falado aqui que esse debate foi feito pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado como deveria ter sido feito pela Comissão de Direitos Humanos. Mas, dentro desta Casa, na Comissão de Direitos Humanos, não há entendimento. Há, de repente, um debate de religiões dentro da Comissão de Direitos Humanos, e pouco se debate sobre esse tema. E, quando se reúnem, é para falar da atuação da polícia, é para falar de atuações e situações, como o caso do Guarujá em que a pessoa que foi linchada foi confundida com uma pessoa que pratica magia negra ou ela foi brutalmente morta porque apenas estava com a Bíblia na mão, mostrando ser uma pessoa religiosa.

Então, são temas que esta Casa tem que debater, sim. Tem que debater junto com a Comissão dos Direitos Humanos, junto com a Comissão de Segurança Pública, junto com o Governo Federal, junto com o Governo Estadual, sobre a valorização da vida, a valorização dos profissionais, a valorização da polícia, porque nós estamos em um Estado em que não se valoriza a polícia. Nós estamos numa Casa de leis em que, para se debater a reestruturação da Polícia Federal é difícil, em que se debater que um policial tem que ter um salário digno da sua profissão é difícil, porque o Governo diz que não tem dinheiro. Nós estamos em um País em que o Governo diz que não tem dinheiro para dar melhores condições de salário para a polícia, mas tem dinheiro para gastar milhões com a Copa do Mundo, sendo que não vamos chegar a lugar nenhum após a Copa do Mundo. Vamos viver aí 2 meses de eventos e, depois dos 2 meses de eventos, o que se vai fazer com esse patrimônio todo? Vão vender ou vai ficar abandonado?

Agora, nós não deveríamos estar pensando na segurança do pai de família na rua? O pai de família só vai ter segurança na rua, o ser humano só vai ter segurança



na rua, na hora em que nós tivermos uma polícia justa, uma Justiça justa, uma polícia equipada, uma polícia qualificada na rua, não para cometer violência. A polícia não é para tirar a vida de ninguém. Mas, e quando você pega uma pessoa, a conduz à delegacia, e ela sai de lá primeiro que você!? Então, os valores estão invertidos.

Quando o Deputado fala que deveríamos investir na educação, é lógico! Naturalmente! São os três pontos principais deste País: saúde, segurança e educação. E você não vê investimento nem em saúde, nem em segurança e nem em educação. Se pensassem nisso há anos... porque não foi no ano passado que o Brasil foi escolhido para sediar a Copa do Mundo, isso vem de anos atrás. Então, o Brasil já deveria ter-se preparado para isso, e, hoje, nós teríamos recursos para investir na escola, para investir na educação, para investir na segurança e para investir na saúde, porque nós temos empreendimentos riquíssimos no Brasil na Copa do Mundo, mas nós estamos ainda com pessoas nas filas dos hospitais morrendo dia a dia. É porque não se divulga isso; porque não interessa. Nós temos escolas em que o aluno não tem nem carteira para poder sentar. Nós temos escolas em que o professor ganha um salário de miséria, o professor ganha menos que o aluno que fica sentado na cadeira!

Então, quando se fala em violência policial, eu não consigo entender o que é violência policial. Por que o Estado não reúne a segurança pública para se combater essa violência policial? Violência policial ou violência do Estado contra a polícia que está 24 horas na rua tentando combater a criminalidade e não consegue, porque o policial é vítima 24 horas de um Estado falido, de uma segurança à beira da falência.

O SR. BRUNO RENATO NASCIMENTO TEIXEIRA - Então, Deputado Otoniel, a polícia é o Estado. A polícia é o Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Otoniel Lima) - A polícia é o Estado? Então, mostra que o Estado está deixando de cuidar do seu próprio trabalho.

O SR. BRUNO RENATO NASCIMENTO TEIXEIRA - E nós falamos em violência policial quando o Estado, revestido na pessoa do policial, equipara-se à condição de marginal.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Otoniel Lima) - Logicamente isto sim: quando o policial se compara à situação do marginal. Então, nós temos que falar aí do policial envolvido em crimes e não na corporação policial, não na corporação policial.

O SR. BRUNO RENATO NASCIMENTO TEIXEIRA - É desse que nós estamos falando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Otoniel Lima) - O Estado não pode tratar um policial envolvido com o crime organizado por polícia. Polícia é toda a corporação.

O SR. BRUNO RENATO NASCIMENTO TEIXEIRA - O debate que nós realizamos em torno da segurança pública e dos direitos humanos é que o policial, nos seus princípios e nas suas diretrizes, do Estado policial que detém o monopólio do uso legítimo da força, deve ser o principal promotor e defensor dos direitos humanos. Este é o nosso conceito, a razão de existir: defender a sociedade. Então, qualquer atitude contrária a esses princípios o coloca na mesma condição do marginal. É nesse sentido que nós defendemos o papel da polícia.

Acreditamos que a polícia é um fomentador de direitos humanos. Agora, quando ela se equipara a essa condição, ela coloca o Estado como agente violador dos direitos humanos. Não é a Polícia Militar, é o Estado na condição de violador de direitos humanos. Então, é nessa perspectiva que a gente coloca a violência policial. É a representação do Estado, na figura do seu monopólio para o uso legítimo da força, cometendo violações de direitos humanos.

São os casos, como colocados, do pedreiro Amarildo, da moça arrastada pela polícia, dos históricos de autos de resistência que nós enfrentamos neste Brasil. O senhor é de São Paulo e conhece bem a resistência que houve daquele Estado em dizer que era contrário aos autos de resistência e de quando a polícia entra com uma ponto 30, ou uma ponto 50, em cima de uma camionete atirando a esmo numa favela, como a do Pavão-Pavãozinho. Ali, por si só, já há o dolo eventual, porque o disparo de um fuzil numa comunidade apinhada, como é a comunidade de uma favela no Rio de Janeiro, o disparo de uma arma de fogo, vai pegar não só naquele que está trocando tiros com a polícia, mas há o risco real de atingir uma criança e de atingir uma senhora idosa, como nós presenciamos. Quando a polícia age nesse formato, é o Estado violando direitos humanos E repercute diretamente na tradução



da violência policial. É nesse sentido que a gente coloca como violência policial. Só para esclarecer o que o senhor me perguntou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Otoniel Lima) - Logicamente, quando se fala que o Estado é a polícia, o Estado é também a segurança, o Estado é também a saúde, o Estado é também a educação.

Com a palavra o Sr. Paulo.

O SR. BRUNO RENATO NASCIMENTO TEIXEIRA - Com certeza.

O SR. PAULO SILVINO RIBEIRO - Deputado, é só uma coisa breve. Eu estou um pouco preocupado com o horário, porque o meu voo é logo, em breve, mas queria comentar um pouco o que havia colocado a Deputada, que já saiu, e um pouco do que o senhor está colocando também, que é uma preocupação, talvez enquanto professor, de tentar organizar a fala, porque senão a gente fala de tudo e não fala de nada. Então, eu acho importante pontuar, primeiro porque, claro, todas as questões têm como pano de fundo os direitos humanos, e a discussão é sobre a justiça. Mas eu acho que a gente tem que pensar, Deputado. Insisto em falar sobre o processo da formação do Brasil e pensar o que é esse Estado. Eu concordo com a preocupação de V.Exa. na forma como o Estado trata o seu policial, o seu agente.

Aliás, eu até achei curioso: outro dia, eu estava assistindo a um jornal com um parente, e saiu a notícia de que um policial havia sido morto porque estava passando perto de um caminhão que estava sendo roubado. Ele disse: "*Não, certamente o policial podia estava fazendo um bico*", porque ganha mal e vai também trabalhar com esse tipo de coisa que é ilegal. Então, a gente sabe, em termos de condições salariais, de trabalho, etc.

Mas eu acho que é preciso pensar com uma perspectiva um pouco mais ampla. Quer dizer, como é que esse mesmo policial...? Vamos olhá-lo não na sua função, porque, antes de ser professor, de ser Deputado, a gente é um cidadão, é alguém, e esse alguém tem essa dignidade humana, que tem ser respeitada, considerada, enfim. E esse cidadão é também um pouco vitimado em relação a uma sociedade, como bem pontuou o Deputado Jean Wyllys ao dizer que ele também entende que quem não pode possuir, quem não pode parecer ou ter, é alguém menor. Quer dizer, ele é capaz de, fardado, entender que ele é a força, ele é a lei. E, de fato, ele é o Estado. E ele pode, em nome disso, cometer crimes também



acreditando fazer justiça. Então, eu acho importante a gente pensar em como esse policial, que também sofre — concordo com o senhor —, tem um preparo para lidar com essas questões.

Eu não sou especialista em UPPs, mas eu penso o seguinte: é preciso entender que há sucessos e insucessos. É uma questão que, quando a gente fala de restabelecimento da ordem, isso não pode ser feito prescindindo de uma questão humana. Não é a ordem pela ordem. Eu acho que é preciso pensar em como esse Estado se aproxima da sociedade, principalmente da que é mais pobre, que está numa condição mais desigual.

Então, tentando responder ao que a Deputada havia colocado, claro que é difícil dizer o que de fato esta Casa precisa fazer para enfrentar esses casos de justiça, mas fundamentalmente ter uma leitura mais apurada do que é justiça. Ou seja, será que nossas leis são de fato justas?

O desejo por justiça, o desejo por paz, o desejo por menos desigualdade, isso é senso comum. Claro, todos nós queremos, independentemente de partido, de religião. Isso é fato. Agora, o que a gente tem que entender é que o Estado tem a responsabilidade de ser dotado de uma racionalização das suas ações, sem juízo de valor ou qualquer tipo de preconceito, que é construído historicamente, para que possa promover essa justiça de fato, porque do contrário, ainda que se diga: *“Mas a sociedade, ao querer que seja reduzida a maioria, ela não quer fazer mal ao menor, ela quer justiça”*. Não, é o contrário! Ela não está entendendo que o caminho que ela entende como justiça é injusto. Daí a importância de a gente poder refletir e pensar melhor de que forma o Estado, ao promover a justiça... E aí me lembro da definição daquilo que é moral: nem tudo que é moral necessariamente, quando a gente parte para uma reflexão ética, quer dizer que promove o bem. Não promove o bem, nem tudo e nem todas as leis são de fato...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PAULO SILVINO RIBEIRO - Exatamente. Daí a ética como uma reflexão constante. Talvez esta audiência hoje seja um sinal de que, sim, estamos refletindo. Ninguém espera que saíamos daqui com definições do que vamos fazer para de fato enfrentar o problema, mas pelo menos entendendo o papel que o



Estado tem, as suas dificuldades e, acima de tudo, a necessidade de rever aquilo que muitas vezes já está cristalizado como certo. Eu acho importante nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Otoniel Lima) - Terminado o debate, passamos às considerações finais.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Silvino Ribeiro, para as suas considerações finais.

O SR. PAULO SILVINO RIBEIRO - Eu agradeço o convite, em nome da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Eu acho que é uma oportunidade a gente poder, de fato, discutir, não só por conta desses recorrentes casos, mas também pegar apenas uma das questões que mostra a fragilidade do Estado brasileiro. E aí também concordo com a ideia de que, independentemente de partido, muitas vezes a gente, até na disputa eleitoral, desmerece ou vilipendia as ações que são feitas. E a corrida eleitoral ou o discurso político, um pouco mais exaltado ou menos exaltado, acaba sendo mais valorizado, ganha mais foco, do que o debate em si.

Então, o convite para que nós pudéssemos vir aqui, ao que tudo indica, é a tentativa de discutir, talvez num outro fórum, não apenas motivados por nenhuma paixão, mas também tentando olhar para dentro de um problema, até mesmo sob o ponto de vista acadêmico. Eu acho que essa é a grande questão. E também outros dois colegas aqui, o Bruno e a Isabel, que fazem parte do Governo, podem falar sobre as suas ações, os seus esforços. E, é óbvio, o Brasil de fato é um País em construção. O problema é que historicamente a gente sempre construiu em cima do entulho. É a tese da mudança conservadora. A gente pode ter a melhor lei para tentar acabar com o justicamento ou para promover qualquer coisa que o valha, mas ela não vai adiantar, ela não vai ser efetiva, enquanto os traços daquilo que marcava o Brasil arcaico, o Brasil do século XIX, que ainda é muito presente entre nós, permanecer.

No Brasil, muitas vezes, a política e, claro, as ações do Estado precisam deixar de ser uma ideia fora do lugar. É preciso deixar de pensar, como no século XIX, quando os liberais de um lado defendiam a República, mas, ao mesmo tempo, defendiam a permanência de uma estrutura agrária num Brasil rural, com os seus privilégios.



Então, eu acho que discutir justiça, discutir justiça, é não só discutir de que forma o Estado tem lidado com essas idiossincrasias da sua própria concepção, mas também de pensar um pouco como é que o Brasil, nesses últimos cinco séculos, se fez enquanto sociedade civil, entendendo que pode prescindir da lei ou do próprio Estado, mesmo que estejamos num Estado de Direito, mesmo que estejamos vivendo uma democracia.

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Otoniel Lima) - Agradeço a presença do Sr. Paulo Silvino Ribeiro.

Concedo a palavra à Sra. Isabel Seixas de Figueredo, para as suas considerações finais.

A SRA. ISABEL SEIXAS DE FIGUEREDO - Deputado, eu queria mais uma vez agradecer o convite, em nome do Ministério da Justiça, agradecer a participação de todos e dizer que a gente sempre fica bastante satisfeito quando vê o Congresso Nacional trabalhando numa discussão, tentando aprofundar um pouco mais o conteúdo de discussões, muitas vezes premido pela própria expectativa que a gente tem da imprensa, etc. Há situações de votação que são feitas sem que a gente tenha muita capacidade até de tirar as dúvidas de todos. Então, sempre que a gente tem esses espaços de debate, ganham todos, ganha a sociedade brasileira como um todo. E, nesse sentido, quero parabenizar a sua iniciativa, Deputado, por propor a presente audiência pública.

E quero dizer que o Ministério da Justiça segue, como sempre, à disposição para participar de qualquer debate necessário, pertinente, particularmente quanto à questão de segurança pública, que é o que eu posso falar aqui.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Otoniel Lima) - Nós que agradecemos.

Passo a palavra ao Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira, para as suas considerações finais.

O SR. BRUNO RENATO NASCIMENTO TEIXEIRA - Muito obrigado, mais uma vez, Deputado Otoniel e todos os Parlamentares pelo convite.

A Secretaria de Direitos Humanos continua acompanhando a importância de espaços como este, para que a gente possa sair do cenário das informações da



imprensa e fazer um debate de fôlego, mais profundo, mais direto, esclarecedor para algumas questões, desafiador para outras, mas tem que continuar o debate de forma efetiva. E que o resultado, o produto desse debate, seja a conscientização da sociedade em torno dos direitos humanos e da defesa da vida, da defesa da dignidade da pessoa humana, como está cristalizado na nossa Constituição. Então, é com essa proposta, com esse objetivo, que a gente, mais uma vez, agradece.

E estamos nos colocando à disposição para continuar fomentando essa discussão.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Otoniel Lima) - Quero agradecer, em nome desta Comissão, a presença dos convidados que nos honraram com sua exposição e esclarecimento e de todos os que compareceram a esta reunião de audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes, porém, convoco reunião para amanhã, dia 7 de maio, quarta-feira, às 14 horas, no Plenário 6, para deliberação de proposições constantes em pauta já divulgada.

Está encerrada a presente reunião.